

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinhé, 338 - Código Postal 79.500-000

LEI Nº 1.000 DE 04 DE MAIO DE 1.998

"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Paranaíba, cria cargos efetivos, fixa vencimentos, e dá outras providências."

DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA CAPÍTULO ÚNICO DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS

Artigo 1º. A política de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Paranaíba terá como finalidade a valorização do servidor municipal, a criação de condições favoráveis à inovação e ao aprimoramento profissional e à manutenção do nível técnico e gerencial, o oferecimento de remuneração digna e compatível e o dimensionamento da força de trabalho, visando a eficiência, a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços públicos.

Artigo 2º. A administração dos recursos humanos se desenvolverá com fundamento nos princípios constitucionais da legalidade, da igualdade e da eficiência, em obediência às normas estatutárias.

Artigo 3º. As ações da política de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Paranaíba serão orientadas por programas e projetos que visem o desenvolvimento de atividades que permitam a satisfação das necessidades da administração municipal e de realização profissional dos seus servidores.

Artigo 4º. Serão permanentes as ações que tenham por objetivo o incentivo à qualificação dos servidores municipais, através da criação de oportunidades para o crescimento e o desenvolvimento funcional, o treinamento orientado, o aperfeiçoamento e a complementação da formação profissional.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

2

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

TÍTULO II DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO CAPÍTULO I DO SISTEMA DE CARREIRAS

Artigo 5º. O sistema de carreiras compreende a indicação para os servidores das posições de maior conteúdo, segundo as linhas de sucessão definidas para cada carreira, e as oportunidades para o planejamento do seu desenvolvimento funcional guiado pelas aspirações pessoais e pelos objetivos profissionais.

Artigo 6º. O sistema de carreiras estabelecerá a sucessão ordenada de posições que permitirá a evolução funcional do servidor dentro do serviço público municipal, orientando-o para a sua realização profissional e pessoal e nas seguintes premissas:

- I. identidade entre o potencial profissional e o nível de desempenho exigido no exercício das funções;
- II. competência profissional identificada com a carreira e a realização pessoal;
- III. compensação salarial justa e compatível com a complexidade do conteúdo do cargo e a capacitação, experiência e especialização requeridas para o desempenho da função.

Artigo 7º. O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Paranaíba é instituído por esta Lei com o objetivo de organizar os cargos em carreiras, considerada a natureza, a similitude e a complexidade das atribuições e responsabilidades.

Artigo 8º. O PCC-PARANAÍBA tem por finalidade democratizar as oportunidades de ascensão profissional, incentivar a qualificação e a eficiência do servidor e implantar o sistema do mérito no serviço público municipal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DO PLANO

Artigo 9º. A estrutura do PCC-PARANAÍBA é constituída por carreiras agrupadas com os seguintes grupos ocupacionais:

- I. **Grupo Atividades de Atuação Finalística** - integrado pelas carreiras cujos conteúdos dos cargos requerem dos servidores conhecimentos técnicos especializados para a execução de atividades típicas e exclusivas da Prefeitura Municipal;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

II. **Grupo Atividades de Apoio Operacional** - constituído pelas carreiras que organizam os cargos cujos conteúdos exigem dos seus ocupantes conhecimentos técnicos básicos para prestar apoio técnico especializado aos responsáveis pela execução das atividades finalísticas da Prefeitura Municipal;

III. **Grupo Atividades Administrativas e Técnicas** - composto pelas carreiras cujos cargos têm atribuições relacionadas às funções técnicas ou administrativas para execução das atividades de apoio operacional ou auxiliar nos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal;

IV. **Grupo Direção, Assessoramento e Assistência** - constituído dos cargos de provimento em comissão, criados para dar atendimento às atividades de comando, gerência, chefia, coordenação, supervisão e planejamento de órgãos e unidades, bem como as atribuições de assessoramento, apoio e assistência a dirigentes, órgãos e entidades integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. As carreiras agrupam os cargos segundo a natureza e complexidade do trabalho, o grau de escolaridade e níveis de qualificação e habilitação exigidos para o desempenho das funções que os integram.

Artigo 10. O Grupo Ocupacional Direção, Assessoramento e Assistência será integrado por cargos isolados, identificados por símbolos, denominações e remuneração fixados nesta Lei e cujo provimento é de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

Artigo 11. As carreiras evidenciam a linha de crescimento funcional do servidor pela adição cumulativa de responsabilidades, em razão da complexidade do trabalho e da elevação hierárquica das relações funcionais.

Parágrafo único. Os cargos correspondem à divisão básica da carreiras e compreendem as funções destinadas a identificar os postos de trabalho, segundo uma ou mais especializações ou profissões.

Artigo 12. As carreiras e os cargos que compõem o PCC-PARANAÍBA, integrantes dos grupos ocupacionais discriminados no artigo 9º desta Lei, são identificados e classificados conforme as denominações seguintes:

I. **Grupo Ocupacional - Atividades de Atuação Finalística:**

- a) Carreira Magistério Municipal;
- b) Carreira Serviços de Saúde Pública.



Prefeitura Municipal de Paranaíba

4

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

II. Grupo Ocupacional - Atividades de Apoio Operacional:

- a) Carreira Serviços Técnicos Educacionais;
- b) Carreira Obras e Serviços Públicos;
- c) Carreira Atividades de Transportes.

III. Grupo Ocupacional - Atividades Técnicas e Administrativas:

- a) Carreira Fiscalização Municipal;
- b) Carreira Atividades Técnico-Administrativas;
- c) Carreira Atividades de Apoio Auxiliar.

CAPÍTULO IV DOS CARGOS EFETIVOS E DAS FUNÇÕES

Artigo 13. Os cargos efetivos que integram o PCC-PARANAÍBA compõem as carreiras discriminadas no artigo 12 e se agrupam segundo a natureza das atribuições, a complexidade das tarefas, o grau de responsabilidade e o nível de escolaridade e habilitação profissional e são identificados pelas denominações seguintes:

I. Carreira Magistério Municipal:

- a) Professor de Educação Básica;
- b) Especialista em Educação.

II. Carreira Serviços de Saúde Pública:

- a) Profissional de Saúde Pública;
- b) Profissional de Serviços de Saúde;
- c) Técnico de Saúde Pública;
- d) Assistente de Serviços de Saúde;
- e) Agente de Saúde Pública;
- f) Auxiliar de Serviços de Saúde.

III. Carreira Serviços Técnicos Educacionais:

- a) Assistente de Atividades Educacionais;
- b) Agente de Atividades Educacionais;
- c) Auxiliar de Atividades Educacionais.

IV. Carreira Obras e Serviços Públicos:

- a) Profissional de Arquitetura e Engenharia;
- b) Técnico de Serviços de Engenharia;
- c) Agente de Serviços Técnicos;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

5

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

- d) Artífice de Serviços Especializados;
- e) Ajudante de Serviços Básicos.

V. *Carreira Atividades de Transportes:*

- a) Operador de Equipamento Pesado;
- b) Operador de Máquinas Leves;
- c) Motorista I;
- d) Motorista II.

VI. *Carreira Fiscalização Municipal:*

- a) Fiscal de Obras e Posturas;
- b) Fiscal de Tributos Municipais.

VII. *Carreira Atividades Técnico-Administrativas:*

- a) Profissional de Nível Superior;
- b) Assistente Técnico e Administrativo;
- c) Assistente de Administração;
- d) Agente de Administração;
- e) Auxiliar de Administração.

VIII. *Carreira Atividades de Apoio Auxiliar:*

- a) Atendente de Serviços Diversos;
- b) Auxiliar de Serviços Gerais.

Artigo 14. Os cargos são desdobrados nas funções constantes do Anexo I que são definidas a partir da identidade entre os ramos de conhecimento, a habilitação acadêmica e/ou habilitação profissional necessária ao cumprimento das atribuições e tarefas exigidas para o seu exercício.

Artigo 15. As funções terão seus quantitativos definidos em ato do Prefeito Municipal, no limite correspondente ao número de cargos criados nesta Lei e de acordo com as denominações estabelecidas no Anexo I e a vinculação ao cargo que integra.

§1º. As funções que integram os cargos do PCC-PARANAÍBA serão atribuídas aos servidores pelo Prefeito Municipal, no ato do provimento no cargo respectivo.

§2º. O servidor poderá ser designado para exercer outra função desde que integrante do mesmo cargo e que não implique em qualquer acréscimo pecuniário na respectiva remuneração.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

6

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Artigo 16. Os cargos são constituídos de 3 (três) classes identificadas pelas letras maiúsculas A, B e C, que se desdobram em 3 (três) referências salariais, as quais apontam a escala hierárquica que irá definir os valores dos vencimentos a serem pagos aos servidores.

§1º. Os servidores serão posicionados nas referências segundo o cargo ocupado, a classe e o tempo de serviço municipal, conforme interstícios fixados na escala hierárquica constante do Anexo X desta Lei.

§2º. A carreira do Magistério Municipal terá os cargos desdobrados em níveis e classes e seus ocupantes promovidos conforme estabelecer o Estatuto do Magistério.

Artigo 17. As especificações de cada cargo e de cada função serão estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Prefeito Municipal e deverão discriminar:

- I. a denominação de cada cargo, suas referências salariais e as funções que o integram;
- II. a identificação de cada função e a descrição sintética das respectivas atribuições;
- III. as responsabilidades e as tarefas típicas das funções;
- IV. os requisitos básicos exigidos e recomendáveis e as características especiais para recrutamento, seleção e provimento no cargo e função;

Artigo 18. Os requisitos básicos para provimento nos cargos que integram as carreiras do PCC-PARANAÍBA são os discriminados no Anexo II desta Lei.

§1º. A especialização que for prevista para o exercício dos cargos ou funções deverá corresponder à formação acadêmica, quando se tratar de profissão regulamentada, ou a curso de formação específica oferecido por instituição pública ou particular ou por órgão competente da Prefeitura Municipal.

§2º. O edital de concurso público poderá exigir outros requisitos relacionados a habilitação ou habilidade para a seleção de candidatos ao exercício das funções que integram os cargos criados por esta Lei.

Artigo 19. Para implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Município de Paranaíba ficam criados os cargos de provimento efetivo discriminados no Anexo III, que passam a formar o Quadro Permanente da Prefeitura Municipal.

§1º. Os cargos criados são destinados, primeiramente, à transformação dos ocupados pelos servidores efetivos e estáveis da Prefeitura Municipal, submetidos ao regime jurídico estabelecido para os servidores municipais.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

7

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§2º. O ato de provimento nos cargos efetivos integrantes do PCC-PARANAÍBA discriminará o cargo a ser ocupado, a função a ser exercida e a referência atribuída, assim como a origem da vaga, a denominação da carreira e a Tabela de Pessoal que este integrar.

CAPÍTULO V DOS CARGOS EM COMISSÃO

Artigo 20. Os cargos que compõem o Grupo Ocupacional Direção, Assessoramento e Assistência são agrupados segundo a natureza das funções de direção e gerência superiores, e de assessoramento especializado e técnico e classificam-se segundo o grau de responsabilidade, o poder decisório, a posição hierárquica e a complexidade das atribuições, nos seguintes subgrupos:

I. **Subgrupo I.** Direção Superior - agrupa os cargos que se destinam ao atendimento de atividades típicas e características de comando, gerência, coordenação, planejamento, controle e supervisão dos órgãos e entidades que integram a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal;

II. **Subgrupo II.** Assessoramento Superior - agrupa os cargos que se destinam ao atendimento de atividades típicas e características de planejamento e as funções de consultoria e assessoramento técnico e administrativo a dirigentes, órgãos ou entidades da Prefeitura Municipal;

III. **Subgrupo III.** Assistência Direta e Imediata - agrupa os cargos cujas atribuições e tarefas se destinam a prestar apoio direto aos dirigentes de órgãos ou unidades administrativas integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal.

Artigo 21. Os cargos integrantes do Grupo Ocupacional Direção, Assessoramento e Assistência são de livre nomeação e exoneração, sendo a emissão do ato de provimento e vacância privativos do Prefeito Municipal.

Artigo 22. Os cargos em comissão da Prefeitura Municipal de Paranaíba são os constantes do Anexo VI e são classificados segundo os símbolos e códigos constantes do mesmo Anexo.

Parágrafo único. Caberá ao Prefeito Municipal estabelecer os cargos em comissão integrantes dos Subgrupos I e II que serão privativos de habilitados em curso de nível superior completo, bem como daqueles de provimento exclusivo por servidores de carreira, mediante acesso.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

8

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

CAPÍTULO VI DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Artigo 23. As funções gratificadas representam o exercício por servidor ocupante de cargo efetivo, em extensão às atividades próprias do seu cargo ou função, das atribuições de chefia e gerência intermediárias, de assessoramento técnico ou de assistência, se agrupam sob a denominação Funções Gratificadas Assessoramento Intermediário, classificando-se em:

I. **Supervisão Intermediária** - agrupa funções que se destinam ao atendimento de atribuições características de chefia, supervisão e orientação de atividades executadas a nível executivo e intermediário;

II. **Assistência Imediata** - são funções instituídas para dar atendimento às atividades de apoio e assistência imediata aos dirigentes dos órgãos integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal.

Artigo 24. A função gratificada será exercida, privativamente, por servidor da Prefeitura Municipal que possua a experiência profissional requerida para o seu exercício.

Parágrafo único. As funções gratificadas constituem-se em ampliação temporária das atribuições do cargo e são de livre designação e dispensa do Prefeito Municipal ou outra autoridade municipal, por delegação.

Artigo 25. As funções gratificadas constituem-se de ampliação temporária das atribuições do cargo efetivo e corresponderão às quantidades criadas no Anexo VIII.

CAPÍTULO VII DOS QUADROS DE PESSOAL SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS E TABELAS DE PESSOAL

Artigo 26. Os cargos e as funções que integram as carreiras que compõem o PCC-PARANAÍBA formarão o Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Paranaíba, observados os seguintes critérios:

I. o Quadro Permanente será integrado por todas as carreiras e cargos criados para permitir à Prefeitura Municipal executar as atividades de sua competência;

II. cada Secretaria Municipal ou órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal terá Tabela de Pessoal que identificará sua lotação, a qual será integrada pelo número de cargos e funções necessários à consecução das atribuições do órgão.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

9

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§1º. O Quadro Permanente e as Tabelas de Pessoal identificarão os cargos efetivos, as funções permanentes, os cargos em comissão e as funções gratificadas pelos quantitativos, denominações, símbolos e classes, bem como deverá indicar o quantitativo das funções transitórias e temporárias.

§2º. Os cargos criados através do Anexo III integram o Quadro Permanente e serão distribuídos por ato do Prefeito Municipal em Tabelas de Pessoal, segundo as necessidades de recursos humanos de cada órgão.

SEÇÃO II DA MOVIMENTAÇÃO NOS QUADROS E TABELAS

Artigo 27. As alterações de lotação e as movimentações dos servidores, entre as Tabelas de Pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaíba, dar-se-ão por:

- I. remoção do servidor de uma Tabela de Pessoal para a Tabela de outro órgão, a pedido, por permuta ou de ofício;
- II. redistribuição do servidor com o respectivo cargo e função, sempre no interesse da Prefeitura Municipal, de uma Tabela de Pessoal para outra, a fim de promover ajustamento no Quadro Permanente, em razão de extinção, reorganização ou criação de órgãos ou unidades.

Parágrafo único. A remoção ocorrerá para ocupar cargos vagos, se de ofício ou a pedido, e a redistribuição para ampliação de Tabelas de Pessoal.

Artigo 28. Nos afastamentos e licenças, conforme situações previstas em lei, o servidor não perderá sua lotação na Tabela de origem.

Parágrafo único. A remoção e a redistribuição implicam na redução do número de cargos e funções de uma Tabela para ampliação de outra Tabela, salvo quando a remoção decorrer de permuta entre servidores.

SEÇÃO III DO INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE

Artigo 29. O ingresso nos cargos que compõem o Quadro Permanente dar-se-á na primeira referência da classe A, após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, atendidos os requisitos para provimento nos cargos fixados em lei, regulamento, conformes condições estabelecidas no edital do concurso.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

10

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§1º. As condições relativas às exigências para o recrutamento e seleção dos candidatos a provimento nos cargos do PCC-PARANAÍBA, bem como ao prazo de validade do concurso, serão fixadas em Edital, que deverá ter ampla divulgação na imprensa oficial.

§2º. O concurso público visará recrutar e selecionar candidatos para ocupar os cargos segundo as funções que os compõem e terá como meta o provimento das vagas de acordo com as áreas de atuação e especialização das funções da convocação.

§3º. As vagas oferecidas no concurso público serão identificadas, nominal e quantitativamente, por cargo e função e terão o provimento efetivado no cargo e na classe inicial.

Artigo 30. Serão reservadas nos concursos públicos, até 10% (dez por cento) das vagas disponíveis, a pessoas portadoras de deficiências físicas, atendidos os requisitos exigidos para exercício do cargo e considerada a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência de que são portadoras.

Parágrafo único. A classificação dos candidatos inscritos na conformidade deste artigo será em separado e assegurada aos aprovados no concurso público a nomeação prioritária, até o limite das vagas destinadas a essa condição de provimento.

Artigo 31. O candidato nomeado em virtude de aprovação em concurso público permanecerá em estágio probatório e não poderá se afastar, durante esse período, do exercício das atribuições do cargo e função.

§1º. O servidor em estágio probatório poderá ocupar cargo em comissão ou função gratificada, desde que em órgãos ou entidades da Prefeitura Municipal e se as atribuições destes tiverem relação com as tarefas inerentes à respectiva função.

§2º. Os critérios para avaliação do servidor em estágio probatório serão definidos em regulamento aprovado por ato do Prefeito Municipal.

§3º. O servidor estável da Prefeitura Municipal de Paranaíba aprovado em concurso público para cargos que integram o Quadro Permanente, permanecerá em estágio probatório por 120 (cento e vinte) dias, período no qual será avaliado quanto as suas condições e habilidades para o exercício do novo cargo e função.

Artigo 32. O servidor será considerado empossado após aceitar, formalmente, as funções, atribuições, deveres e responsabilidades do cargo, mediante o compromisso de bem desempenhá-lo, em observância às leis, normas e regulamentos.

Artigo 33. O efetivo exercício do servidor será contado a partir da data de início do desempenho no cargo e função para a qual tenha sido nomeado e empossado, após lotação em órgão da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

TÍTULO III
DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
SEÇÃO I
DAS MODALIDADES

Artigo 34. O desenvolvimento funcional terá por objetivo proporcionar aos servidores municipais oportunidades de crescimento profissional e funcional no cargo ou na carreira para sua realização pessoal, mediante as seguintes modalidades:

- I. promoção horizontal - passagem do servidor de uma referência para a outra imediatamente seguinte, dentro do respectivo cargo;
- II. promoção vertical - investidura do servidor em cargo superior da mesma carreira, após atendidos todos os requisitos para o provimento.

Parágrafo único. O servidor em estágio probatório não concorre à promoção horizontal ou vertical, contando o tempo de serviço, apurado nesse período, para as avaliações do estágio, a estabilidade e demais contagens de tempo de serviço para benefícios financeiros ou funcionais.

SEÇÃO II
DA PROMOÇÃO HORIZONTAL

Artigo 35. A promoção horizontal ocorrerá no primeiro dia do mês imediatamente seguinte em que o servidor completar o interstício mínimo de efetivo exercício na referência, conforme discriminado no Anexo X desta Lei.

Parágrafo único. A contagem de tempo de serviço, para fins da primeira promoção horizontal, será iniciada da data de ingresso do servidor na Prefeitura Municipal, da sua inclusão no Quadro Permanente ou da data de ocorrência da última promoção horizontal.

SEÇÃO III
DA PROMOÇÃO VERTICAL

Artigo 36. A promoção vertical ocorrerá quando existir vaga disponível para provimento no cargo seguinte ao ocupado na respectiva carreira e exercício de uma das funções que o compõe e concorrerão, nas épocas próprias, os servidores que atenderem a todos os requisitos exigidos para acesso ao cargo superior.

§1º. A promoção vertical ocorrerá, duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

12

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§2º. Para concorrer à promoção vertical, o servidor deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. contar no mínimo 1.825 (um mil oitocentos e vinte e cinco) dias de provimento efetivo no cargo ocupado e estar classificado na segunda classe do mesmo;
- II. comprovar a escolaridade exigida e, quando prevista, a habilitação em cursos de formação ou conhecimentos específicos para provimento no cargo ou função que concorrer;
- III. estar incluído entre os 50% (cinquenta por cento) servidores melhores avaliados no cargo e na classe ou nível, com referência aos dois últimos semestres;
- IV. ser aprovado, quando exigido, em processo seletivo específico, para provimento a cargo que estiver concorrendo dentro da respectiva carreira.

Artigo 37. A confirmação do atendimento dos requisitos de tempo de serviço exigido para concorrer ao novo cargo, excluirá da contagem os afastamentos do cargo ocorridos durante o período de apuração desse interstício.

Parágrafo único. O período de afastamento para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal, não será descontado para apuração do interstício da promoção vertical.

Artigo 38. Não concorrerá à promoção vertical o servidor que se encontrar, em uma ou mais de uma, das seguintes situações:

- I. não atender aos requisitos e às exigências constantes do §2º do artigo 36 desta Lei;
- II. tiver alteração de cargo ou função no período correspondente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data prevista para a ocorrência da promoção;
- III. tiver se licenciado, por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, no período considerado para a apuração do tempo de serviço para a promoção vertical;
- IV. ter registro de afastamento ou cessão por período superior a 30 (trinta) dias para outros órgãos ou entidade não integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

Artigo 39. O servidor cujo provimento se der por promoção vertical ficará submetido ao estágio funcional de 180 (cento e oitenta) dias para avaliação da sua capacidade para exercer as atividades inerentes à nova função, permanecendo no cargo anterior até à sua aprovação nesse estágio.

§1º. Durante o estágio, de que trata este artigo, o servidor perceberá o vencimento e vantagens do novo cargo, a título de bolsa, e as vantagens pessoais do cargo que estiver ocupando.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

13

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§2º. O provimento no novo cargo será formalizado no dia imediatamente seguinte à aprovação do servidor no estágio funcional de que trata este artigo.

§3º. O servidor promovido será posicionado na referência inicial da classe A ou na referência imediatamente seguinte à que se encontrar classificado no cargo anterior.

Artigo 40. As linhas de promoção vertical correspondem à estrutura das carreiras, conforme são posicionados os cargos discriminados no artigo 13 desta Lei.

§1º. A promoção vertical dependerá da divulgação do quantitativo de vagas disponíveis para esta modalidade de provimento, 30 (trinta) dias antes das datas previstas para a sua efetivação.

§2º. A primeira promoção vertical do servidor que tiver seu cargo transformado por outro criado por esta Lei, terá a contagem do tempo de serviço iniciada a partir da data de ocorrência da sua transposição para o novo cargo.

CAPÍTULO II DA AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

Artigo 41. A avaliação de desempenho terá por objetivo aferir o rendimento, a performance e o desenvolvimento do servidor no exercício do cargo, função e no serviço público municipal e processar-se-á com base nos seguintes fatores:

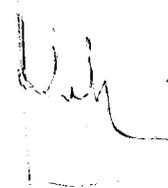
I. a formação acadêmica, considerada a escolaridade complementar na área de conhecimento relacionada às atribuições da função exercida, bem como os cursos de especialização, mestrado ou doutorado relacionados aos conhecimentos exigidos para o exercício do cargo ou função;

II. o exercício de atividades complementares ao cargo ocupado ou à função exercida, resultante do desempenho de atribuições ou tarefas mediante designação de autoridades da Prefeitura;

III. eficiência, medida pelo desempenho da função, relativamente aos demais ocupantes do mesmo cargo e função;

IV. o aproveitamento em cursos de treinamento, capacitação e aperfeiçoamento e a participação em programas de desenvolvimento, verificado através de certificados de avaliação ou de frequência nesses eventos;

V. a experiência, apurada com base no tempo de serviço efetivo, no desempenho de cargo ou função em órgão ou entidade do Município, de outros Municípios ou de administrações estaduais ou federal;



Prefeitura Municipal de Paranaíba

14

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

VI. o exercício efetivo, interino ou em substituição, de cargos em comissão ou funções de direção, chefia, assessoramento ou assistência;

VII. a participação como membro de órgãos de deliberação coletiva, grupos de trabalho, comissões ou similares;

VIII. a assiduidade e disciplina, apurada relativamente à ocorrência de faltas não justificadas e cumprimento de penalidades, considerado a graduação dessas sanções.

Artigo 42. A avaliação de desempenho, para fins da promoção vertical, será processada semestralmente e terá por base pontuações atribuídas aos fatores definidos no artigo 41, conforme critérios objetivos definidos em regulamento aprovado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho deverá se processar até 30 (trinta) dias antes da data anual fixada para a ocorrência da promoção vertical.

Artigo 43. A avaliação de desempenho durante o estágio probatório será realizada a cada semestre, de acordo com os seguintes fatores:

- I. idoneidade moral;
- II. responsabilidade e iniciativa;
- III. assiduidade, pontualidade e disciplina;
- IV. aptidão e capacitação para o exercício do cargo ou função;
- V. eficiência e produtividade.

§1º. A avaliação do desempenho no período do estágio funcional previsto no artigo 39 verificará, no período estabelecido, o atendimento positivo dos fatores discriminados nos incisos II, IV e V deste artigo.

§2º. O servidor em estágio funcional, se comprovado através das avaliações periódicas o não atendimento dos requisitos referentes aos fatores discriminados neste artigo, deverá ser reconduzido ao seu cargo de origem, se estável na Prefeitura Municipal, ou exonerado do cargo, até o último dia do vencimento do prazo fixado na Constituição Federal.

Artigo 44. As metodologias de avaliação de desempenho deverão considerar a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor e as condições em que estas são exercidas.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Parágrafo único. Os procedimentos de avaliação deverão ser divulgados previamente para ciência de todos os servidores e serem aplicados, homogeneamente, entre cargos e funções de atribuições iguais ou assemelhadas da mesma carreira.

Artigo 45. As avaliações de desempenho serão processadas por Comissão integrada por representante de entidade de defesa dos interesses dos servidores municipais, por integrantes das carreiras e por membro da administração representante do órgão que aplicar a metodologia de avaliação.

CAPÍTULO III QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Artigo 46. A qualificação profissional do servidor municipal terá por finalidade a valorização pessoal e compreenderá programas de formação inicial, constituídos de segmentos teóricos e práticos, e de programas regulares de aperfeiçoamento, treinamento, especialização e desenvolvimento profissional, para fins de promoção vertical.

Artigo 47. A qualificação profissional será planejada, organizada e executada por órgão próprio da Prefeitura Municipal, objetivando atender:

I. a formação inicial e preparação dos candidatos para o exercício das atribuições dos cargos ou funções para os quais foram recrutados, mediante transmissão de conhecimentos, métodos e técnicas de trabalho adequados ao exercício das funções na Prefeitura Municipal;

II. a realização de cursos regulares de aperfeiçoamento e especialização, de complementação e atualização da formação inicial, visando habilitar o servidor para o desempenho eficiente das atribuições inerentes à função exercida ou de cargo imediatamente superior da respectiva carreira;

III. a promoção de cursos de natureza gerencial, visando preparação do servidor para o exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, para fins de acesso a funções de confiança.

§1º. A formação profissional para o exercício de cargo ou função na Prefeitura Municipal poderá ser realizada diretamente por órgão próprio da Prefeitura ou por entidade conveniada ou contratada para esse fim.

§2º. A Prefeitura Municipal destinará no orçamento anual dotação específica para aplicação em programas de treinamento e desenvolvimento dos seus recursos humanos.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

TÍTULO IV DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 48. O Sistema de Remuneração dos servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíba será constituído das regras de fixação dos vencimentos e de atribuição de vantagens pecuniárias identificadas como adicionais e gratificações.

Parágrafo único. Os adicionais e gratificações serão atribuídos ou concedidos ao cargo, função ou pessoa do servidor, considerando-se a natureza do cargo ou o exercício da função em determinadas condições ou locais de trabalho.

Artigo 49. O maior vencimento-base estabelecido para pagamento a servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaíba não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento-base do mesmo Quadro.

Artigo 50. Os cargos deverão ter seus vencimentos fixados considerada a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade das tarefas, os requisitos para a investidura e as condições de trabalho.

Artigo 51. É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração do pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaíba, ressalvados os casos de isonomia demonstrada com base na avaliação dos cargos.

Artigo 52. Não poderá ser paga a servidor ativo ou inativo da Prefeitura Municipal de Paranaíba remuneração superior a noventa por cento dos subsídios do Prefeito Municipal, nem menor que o salário-mínimo vigente.

Parágrafo único. Excluem-se dos limites fixados neste artigo as indenizações, os auxílios financeiros, a gratificação natalina, o adicional de férias, bem como as vantagens percebidas em caráter transitório ou por substituição de ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, no mês de referência do pagamento.

Artigo 53. Os vencimentos, fixados conforme disposições desta Lei, não poderão servir de base para equiparação de vencimentos ou como vinculação para efeito de remuneração de outros servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

§1º. O disposto neste artigo não se aplica à fixação da remuneração dos servidores contratados por prazo determinado para funções eventuais ou temporárias.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

17

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§2º. É vedada a alteração de vencimentos ou remuneração sob o argumento da equidade, equiparação ou vinculação.

Artigo 54. Caberá ao Prefeito Municipal fixar as bases e condições para concessão e pagamento de vantagens previstas nesta Lei, a servidores públicos colocados à disposição da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

Artigo 55. As percepções de vantagens pelos servidores da Prefeitura Municipal não serão computadas nem acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Artigo 56. Os vencimentos e vantagens previstos nesta Lei somente poderão ser pagos aos servidores que tiverem seus cargos transformados e os que ingressarem nos cargos criados através do Anexo III desta Lei.

§1º. A percepção dos novos vencimentos e vantagens financeiras ocorrerá a contar da data da transformação do cargo ocupado pelo servidor, conforme data de validade fixada em ato do Prefeito Municipal.

§2º. Não incidirão sobre os vencimentos-base dos cargos criados por esta Lei os percentuais e critérios de concessão e pagamento de gratificações e adicionais vigentes na data de sua publicação.

§3º. O disposto no §2º não se aplica às gratificações natalina, ao adicional por tempo de serviço e ao abono de férias, bem como aos auxílios financeiros, indenizações e regência de classe.

CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DOS VENCIMENTOS

Artigo 57. Os vencimentos-base dos cargos criados por esta Lei são os fixados na Tabela de Referências Salariais constante do Anexo IV e a classificação dos cargos é a fixada no Anexo V desta Lei.

Artigo 58. O vencimento-base dos cargos de Professor de Educação Básica e de Especialista de Educação, conforme fixado no Anexo V, indica o vencimento do nível I, sendo os valores dos demais níveis os resultantes da aplicação a esses valores dos percentuais estabelecidos conforme regras constantes do Estatuto do Magistério.

Artigo 59. Os vencimentos dos cargos em comissão e os percentuais de gratificação de representação respectivos são os fixados no Anexo VII desta Lei.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§1º. O valor da gratificação de representação é limitado aos percentuais fixados no Anexo VII, podendo por decreto do Prefeito Municipal serem reduzidos para ajuste dos gastos com pessoal.

§2º. O servidor público nomeado para ocupar cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Paranaíba poderá optar pela percepção integral da remuneração do cargo em comissão, fixada no Anexo VII, ou pelo vencimento-base e vantagens pessoais e/ou inerentes ao cargo efetivo de que seja titular, acrescido do valor integral da gratificação de representação fixada para o símbolo.

CAPÍTULO III DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 60. As vantagens pecuniárias são identificadas como gratificações ou adicionais, classificam-se como permanente ou eventual.

§1º. As vantagens financeiras serão devidas, concedidas ou atribuídas em razão da natureza ou do exercício do cargo ou função, assim como consideradas as condições ou o local em que o trabalho é executado.

§2º. Acrescem-se à remuneração, em caráter permanente, as vantagens inerente ao exercício da função e/ou à situação pessoal do servidor, conforme dispuser esta Lei ou o regime jurídico dos servidores municipais.

Artigo 61. As vantagens instituídas nesta Lei serão deferidas aos ocupantes dos cargos criados pelo Anexo III e serão devidas, concedidas ou atribuídas, conforme bases e condições constantes desta Lei e regulamentos específicos, aprovados por ato do Prefeito Municipal.

SEÇÃO II DOS ADICIONAIS

Artigo 62. Os adicionais constituem-se de vantagens pecuniárias conferidas ao servidor em razão do desempenho de cargo ou função de forma ou condições peculiares, tornam-se, pela decorrência de tempo, inerentes ao exercício função e são identificados como:

I. incentivo pelo desempenho de função de magistério – destina-se a compensar os integrantes da carreira do magistério municipal pelo exercício de suas funções condições especiais, conforme bases definidas no Estatuto do Magistério;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

II. de produtividade profissional - para incentivar a obtenção de melhores resultados no exercício da função cujo desempenho possa ser mensurado ou pela participação em programas de fiscalização de competência privativa da Prefeitura Municipal, avaliados pela qualidade e quantidade produzida.

§1º. As vantagens discriminadas neste artigo não poderão ser concedidas, pagas ou percebidas, cumulativamente, com as gratificações constantes do artigo 65, se de idêntico fundamento.

§2º. Os adicionais se incorporam ao vencimento-base, nas condições definidas no respectivo regulamento, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, independente do tempo decorrido da sua percepção.

Artigo 63. O adicional de produtividade profissional será concedido com base no índice denominado cota, que corresponderá a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base.

§1º. A produtividade profissional será atribuída em duas etapas, a básica que corresponderá até 50 (cinquenta) cotas pelo desempenho de ações acima da produção média da função, que será definida após apuração da produção dos 6 (seis) meses anteriores à regulamentação, e a de fiscalização, que remunerará a participação do servidor em ações fiscais externas.

§2º. O valor mensal pago como produtividade profissional não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do vencimento-base do servidor.

Artigo 64. Os percentuais, os critérios e os requisitos para atribuição, concessão e pagamento dos adicionais referidos no artigo 62, serão estabelecidos em regulamento aprovado por ato do Prefeito Municipal, observados limites e regras fixados em Lei.

SEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES

Artigo 65. As gratificações se constituem como as vantagens pecuniárias concedidas, em caráter transitório, em razão da prestação de serviços em condições especiais, assim identificadas:

I. pelo exercício de cargo em comissão, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento-base do símbolo do cargo em comissão;

II. pelo exercício de função, conforme valores fixados em lei, a servidores designados pelo Prefeito Municipal para exercer função gratificada;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

20

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

III. de representação, a ser concedida a ocupantes de cargos em comissão, de acordo com as regras e percentuais fixados em lei;

IV. de periculosidade, se o servidor exercer atividades do seu cargo ou função em condições que, permanentemente, exponha sua vida a riscos, em razão de condições ou métodos do trabalho classificados como perigosos, em valor equivalente a 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) do vencimento-base;

V. de insalubridade, poderá ser concedido quando o servidor exercer atribuições do seu cargo ou função em condições que o exponha a agentes nocivos à saúde, em valor equivalente a 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) do vencimento-base do servidor, em razão da natureza e intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

VI. de penosidade, será atribuída ao servidor que exercer o cargo ou função em condições que lhe impõe um certo grau de desgaste e cansaço físico, mental e/ou visual, em valor equivalente a 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) do vencimento-base, considerada a intensidade do esforço ou a posição em que é realizado o trabalho.

VII. por trabalho em período noturno, quando o serviço for prestado, esporádica e eventualmente, em horário compreendido entre às 22:00 (vinte e duas horas) de um dia e 5:00 (cinco horas) do dia seguinte, a razão de 30% (trinta por cento) de acréscimo sobre o valor das horas trabalhadas;

VIII. pela prestação de serviço extraordinário, pelo trabalho realizado em horas excedentes ao expediente diário normal, por motivo de força maior ou de situação excepcional, limitada até 2(duas) horas por dia, sendo cada hora remunerada a razão de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo à hora normal ou 100% (cem por cento), se o trabalho for prestado em horário noturno ou em dias que não corresponderem ao expediente normal da repartição;

IX. pelo exercício em local de difícil acesso, será atribuída ao servidor, em valor calculado sobre o vencimento-base no percentual de 40% (quarenta por cento) nos deslocamentos permanentes para locais de difícil acesso, 30% (trinta por cento) por dificuldade de transporte para o local ou pelo horário de trabalho, 25% (vinte e cinco por cento) em razão do exercício do cargo em zona rural por exigência da função;

X. por trabalho técnico ou científico, que poderá ser atribuída, no percentual de até 100% (cem por cento) do vencimento-base, pela prestação de serviços de natureza essencialmente técnica ou científica ou como incentivo à participação em programas de capacitação tecnológica no interesse do Município;

XI. por dedicação exclusiva, que será concedida até o limite de 100% (cem por cento) do vencimento-base e destina-se a retribuir os ocupantes de cargos em comissão que ficarem impedidos de exercer outra ocupação, em caráter permanente ou eventual, em razão da exigência de estar disponível para atender às convocações de trabalhos fora do expediente normal.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

21

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§1º. Os critérios, os requisitos e os percentuais para concessão das gratificações serão estabelecidos em regulamento aprovado pelo Prefeito Municipal, observados as condições e os limites discriminadas neste artigo e as áreas de atuação, assim como as atribuições inerentes às funções e a natureza das atividades.

§2º. Os percentuais de gratificação de representação atribuída aos ocupantes dos cargos em comissão obedecerá aos índices fixados no Anexo VII e aos percentuais fixados pelo Prefeito Municipal, quando necessário promover ajustes nas despesas de pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 66. Não poderão ser percebidas cumulativa, concorrente ou concomitantemente as gratificações discriminadas no inciso I com as dos incisos II, VIII e IX; no inciso VII com a dos incisos VI, VIII, IX, X e XI e as previstas nos incisos V, VI e VII, entre si; todos do artigo 65 desta Lei.

Parágrafo único. As gratificações previstas nos incisos VI, VII e IX do artigo 65, não poderão ser percebidas cumulativa, concorrente ou concomitantemente, com o adicional de incentivo pelo desempenho de função de magistério.

Artigo 67. A gratificação pelo exercício de função gratificada corresponderá aos valores constantes do Anexo VIII, desta Lei, e destina-se a remunerar o servidor designado para exercê-la em complementação ao vencimento do seu cargo.

Artigo 68. A fixação dos percentuais das gratificações de periculosidade, insalubridade e penosidade observará a caracterização dos graus de incidência grave, médio e baixo dos fatores, durante o período de realização do trabalho.

§1º. O exercício do trabalho, além dos limites de tolerância, conforme avaliação procedida por junta ou profissional de segurança e medicina do trabalho, assegurará ao servidor a percepção de gratificação em razão dos graus de exposição, grave, médio e baixo, nos percentuais, respectivamente, de 40% (quarenta por cento), de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) sobre a respectiva base de cálculo.

§2º. O servidor, quando houver impedimento para a percepção cumulativa da vantagem, poderá optar pelo recebimento da gratificação ou adicional que julgar mais conveniente à sua situação.

§3º. O direito à percepção das gratificações de periculosidade, de insalubridade e de penosidade cessará com a eliminação do risco ou da incidência dos fatores que atingem a saúde ou a vida do servidor, observado o disposto no §1º deste artigo, bem como nos afastamentos do exercício do cargo ou função, por período consecutivo superior a 90 (noventa) dias.

Artigo 69. Serão incluídos na base de cálculo do provento da aposentadoria, as vantagens financeiras percebidas nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à

passagem para a inatividade, pela média do período, desde que tenham servido de base para o cálculo da contribuição para a previdência social.

CAPÍTULO IV DA POLÍTICA SALARIAL

Artigo 70. A política salarial para os servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíba terá como objetivo a recomposição da remuneração, em razão das perdas decorrentes da desvalorização da moeda e como incentivo ao aumento da eficiência e melhoria do desempenho dos servidores municipais.

§1º. As recomposições de vencimentos e remunerações dependerão da disponibilidade dos recursos arrecadados e da destinação desses recursos para atender a realização dos planos, programas e atividades voltados para o desenvolvimento econômico-social do Município.

§2º. A política salarial da Prefeitura Municipal de Paranaíba ficará vinculada ao limite de gastos com pessoal definido na Lei Complementar (Federal) nº 082 de 23 de março de 1995, e no artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

§3º. Serão computados, para fins de apuração dos gastos relativamente ao limite referido no §2º, as parcelas financeiras percebidas pelos servidores referentes a vencimentos e as vantagens financeiras pessoais, de função, indenizatórias e acessórias, bem como o valor dos encargos sociais.

Artigo 71. A concessão de vantagens pecuniárias, o aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pela Prefeitura Municipal de Paranaíba, ficam condicionados a:

I. existência de dotação orçamentária prévia, suficiente para atender às projeções das despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes;

II. autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, para a medida solicitada, e por proposta do Prefeito Municipal.

TÍTULO V DA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS PARA O NOVO SISTEMA CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES BÁSICAS

Artigo 72. Os servidores efetivos ou estáveis, em exercício na data de início da vigência desta Lei, ocupantes de cargos integrantes do sistema de classificação de que trata a

Prefeitura Municipal de Paranaíba

23

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Lei nº 996, de 16 de março de 1998, terão seus cargos transformados, conforme correlação estabelecida no Anexo IX desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos resultantes da transformação estão contidos nos quantitativos de cargos criados no Anexo III desta Lei.

Artigo 73. Para ter seu cargo transformado será exigido dos servidores o atendimento dos requisitos de escolaridade, habilitação e especialização, requeridos para provimento nos novos cargos e exercício das funções.

§1º. A transformação do cargo ocupado pelo servidor se efetivará por ato do Prefeito Municipal, após comprovado o atendimento de todos os requisitos para o provimento no novo cargo do PCC-PARANAÍBA.

§2º. Poderá ser dispensada a exigência de escolaridade, exceto quando se tratar de cargo de nível superior ou profissão regulamentada, aos atuais ocupantes de cargos cujas atribuições e responsabilidades sejam iguais às dos cargos previstos para a transformação.

Artigo 74. A transformação importará na classificação do servidor na nova classe e referência, de acordo com o vencimento-base do cargo ocupado e segundo os critérios de tempo de serviço definidos no Anexo X desta Lei.

§1º. Na apuração do tempo de serviço, serão tomados somente os períodos de trabalho do servidor prestados à Prefeitura Municipal no cargo base da transformação e os afastamentos considerados de efetivo exercício por lei.

§2º. A data inicial para contagem do tempo de serviço será a data da posse, admissão, ascensão ou qualquer outra forma de provimento no cargo ocupado na data de vigência desta Lei.

§3º. O servidor em estágio probatório será classificado na primeira referência da classe A do cargo decorrente da transformação.

Artigo 75. O servidor do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal perceberá o vencimento do novo cargo a partir do mês imediatamente seguinte à vigência desta Lei, acrescido de vantagens pessoais calculadas sobre o novo vencimento.

§1º. O servidor, cujo cargo decorrente da transformação tiver vencimento inferior ao que percebia, será classificado na classe correspondente ao seu tempo de serviço e na referência de valor imediatamente superior.

§2º. No caso de não haver na classe referência que comporte o enquadramento do servidor, o mesmo fará jus à percepção da diferença, entre o vencimento anterior e o novo, como vantagem pessoal, nominalmente identificada.



§3º. A vantagem pessoal referida no §2º será corrigida nas mesmas datas e bases em que forem revistos os vencimentos-base fixados nesta Lei e somar-se-á ao vencimento para fins de cálculo de vantagens pessoais que tenham por base o vencimento do servidor.

§4º. A parcela denominada vantagem pessoal será absorvida pelo vencimento decorrente de promoção, na proporção da diferença entre o vencimento da referência ocupada e o valor da nova.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 76. Os servidores admitidos, em caráter excepcional e por prazo determinado, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, perceberão salários equivalentes aos vencimentos-base iniciais das funções de atribuições iguais ou semelhantes às previstas para as da respectiva admissão.

Artigo 77. Os servidores do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal ficam submetidos à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvado para os ocupantes de cargos da carreira do Magistério Municipal, cuja jornada é fixada no respectivo Estatuto, e os casos em que haja disposição legal estabelecendo carga horária especial.

§1º. O servidor ocupante de cargo de nível superior, cuja carga horária seja inferior à estabelecida neste artigo, perceberá o vencimento-base, conforme é fixado no Anexo V, para as referências do cargo que vier a ocupar por força da transformação.

§2º. Os ocupantes de cargos com carga horária inferior a quarenta horas semanais permanecerão cumprindo a mesma jornada, após a transformação do respectivo cargo, na forma do artigo 72 desta Lei.

Artigo 78. Para fins de aplicação desta Lei, são adotados os seguintes conceitos básicos:

I. adicional - vantagem pecuniária que retribui as situações referentes a tempo de serviço e a desempenho de funções especiais, tendo caráter definitivo enquanto o servidor permanecer no cargo que lhe der origem e/ou persistirem as condições em que fundamenta a concessão;

II. cargo - representa um conjunto delimitado de tarefas e funções sócio-organizadas de natureza, conteúdo e complexidade de tarefas similares, de responsabilidades semelhantes e identidade entre as características de exercício, denominação e vencimentos;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

III. cargo de carreira - é o que se escalona em classes para acesso privativo dos titulares aos cargos posicionados em escalões superiores e cuja a qualificação, atribuições e responsabilidades são definidas em regulamento e a denominação e quantidade são definidas em lei;

IV. cargo efetivo - conjunto de deveres, responsabilidades e atribuições cometidas ao servidor submetido ao regime estatutário, com vínculo permanente com a Prefeitura em decorrência de aprovação em concurso público;

V. cargo em comissão - cargo cuja nomeação depende da confiança do dirigente superior e representa o conjunto de atribuições e responsabilidades relativas às funções de direção, gerência, chefia ou assessoramento superiores ou intermediárias ou assistência direta a órgãos ou unidades organizacionais da administração direta;

VI. classe - a escala hierárquica, identificada por letras do alfabeto, que aponta a posição hierárquica do servidor dentro do respectivo cargo;

VII. desenvolvimento funcional - é a função que tem o propósito de manter os servidores da Prefeitura atualizados e capazes de adaptarem-se às mudanças tecnológicas, sociais e científicas, visando preveni-los contra a obsolescência do conhecimento;

VIII. função - conjunto de atividades profissionais identificadas pela mesma denominação, em razão da identidade e similitude de atribuições, ocupação, ofício ou profissão em que se desdobram os cargos;

IX. função gratificada - conjunto de responsabilidades e atribuições cometidas a titulares de cargo efetivo e correlacionadas às tarefas do respectivo cargo para o exercício de encargo de supervisão ou assistência intermediárias;

X. gratificação - vantagem pecuniária que retribui as situações individuais referentes ao exercício do cargo em local e/ou condições anormais de trabalho, sendo concedida em razão da situação excepcional em que um serviço comum é executado ou prestado;

XI. nível - escala hierárquica, identificado por algarismos romanos, que define os valores dos vencimentos da carreira do Magistério Municipal, segundo a habilitação para o exercício do cargo;

XII. quadro de pessoal - conjunto dos cargos e funções, identificados quantitativamente pelas respectivas denominações, que integram a administração direta da Prefeitura e cada autarquia ou fundação;

XIII. recrutamento e seleção - são processos destinados a obter candidatos qualificados, visando identificar e escolher pessoas mais adequadas aos padrões de desempenho estabelecidos para o exercício de determinado cargo ou função integrante dos quadros de pessoal da Prefeitura;

XIV. referência - identificação da classificação salarial do servidor;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

XV. remuneração - é o total da retribuição pecuniária mensal paga ao servidor pelo exercício do cargo ou função, integrada pelo vencimento e pelas parcelas relativas às vantagens pecuniárias de caráter pessoal, funcional, indenizatória ou acessória pagas na conformidade das leis e regulamentos;

XVI. tabela de pessoal - grupamento dos cargos identificados, quantitativamente, pela denominação e pelas funções que integram cada Secretaria Municipal e órgãos subordinados diretamente ao Prefeito Municipal;

XVII. tabela de vencimentos - conjunto das referências salariais, hierarquicamente organizadas, que identificam os valores dos vencimentos básicos dos cargos efetivos;

XVIII. vantagem pecuniária - é toda parcela pecuniária deferida ao servidor e percebida em caráter permanente ou temporário que se acresce ao vencimento a título definitivo ou transitório pela decorrência de tempo de serviço, pelo desempenho de funções especiais, em razão das condições em que realiza o serviço ou em relação à situação pessoal do servidor;

XIX. vantagem de caráter pessoal - retribuição financeira acessória deferida ao servidor em virtude do atendimento de condições ou pré-requisitos individuais;

XX. vantagem de caráter funcional - retribuição financeira deferida ao servidor pelo exercício de determinadas funções, responsabilidades ou pela execução de determinado trabalho em exposição a condições ambientais que imponha desgastes físico ou de saúde, considerada a sua freqüência ou permanência;

XXI. vencimento - retribuição pecuniária mensal devida ao servidor pelo exercício do cargo ou função, conforme símbolos ou referências definidos em lei;

XXII. vencimento-base - valor da referência ou símbolo que define a retribuição pecuniária mensal fixada em lei.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 79. O servidor estável que não tiver seu cargo transformado passará a compor o Quadro Especial, cujos cargos ou funções ocupados serão extintos à medida que vagarem.

Parágrafo único. A remuneração permanente dos servidores do Quadro Especial corresponderá à percebida na data da vigência desta Lei e será revista nas mesmas bases e periodicidade em que forem corrigidos os valores dos padrões de vencimento fixados nesta Lei.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

27

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Artigo 80. Todos os atos promovendo a transformação dos cargos são de competência do Prefeito Municipal e serão publicados na forma da legislação vigente para o Município de Paranaíba.

Artigo 81. Os Anexos desta Lei se constituem de parte integrante do seu texto.

Artigo 82. O Prefeito Municipal fica autorizado a extinguir os cargos efetivos do sistema de classificação vigente que estejam vagos, os quais não poderão ser providos a partir da vigência desta Lei, e os cargos em comissão existentes que não integrem o Anexo VI.

Artigo 83. Compete ao Prefeito Municipal baixar os atos e normas regulamentando os procedimentos e disposições complementares necessárias à aplicação e implementação desta Lei.

Artigo 84. As despesas decorrentes da aplicação das disposições desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários e créditos próprios que forem consignados para as despesas de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

Artigo 85. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e, a contar do primeiro dia do mês imediatamente seguinte, os efeitos para fins de transformação de cargos.

Artigo 86. Ficam revogadas as Leis nº 816 de 08 de junho de 1993 e nº 996, de 16 de março de 1998, após encerrada a formalização das transformações de todos os cargos ocupados pelos servidores em exercício na data de publicação desta Lei, e demais disposições em contrário.

Paço Municipal "Prefeito Edú Queiroz Neves", aos 04 dias de maio de 1.998.

DR. DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ - TITA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

JOÃO BARDELIN
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Paranaíba

28

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO I

(Artigo 15 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

CARGOS EFETIVOS E RESPECTIVAS FUNÇÕES

CARGO EFETIVO	FUNÇÕES
CARREIRA: MAGISTÉRIO MUNICIPAL	
Professor de Educação Básica	Professor de Educação Básica Nível I; Professor de Educação Básica Nível II; Professor de Educação Básica Nível III; Professor de Educação Básica Nível IV; Professor de Educação Básica Nível V e Professor de Educação Básica Nível VI.
Especialista em Educação	Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Inspetor Escolar, Coordenador Educacional e outras correspondentes às especializações de Pedagogia.

CARREIRA: SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Profissional de Saúde Pública	Médico, Médico-Veterinário, Odontólogo, Enfermeiro Padrão, Farmacêutico, Bioquímico, Farmacêutico Bioquímico, Sanitarista e Fiscal de Vigilância Sanitária.
Profissional de Serviços de Saúde	Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Nutricionista e Assistente Social.
Técnico de Saúde Pública	Auxiliar de Enfermagem I, Técnico de Laboratório, Técnico de Estatística Sanitária, Técnico de Saúde Pública, Técnico em Higiene Dental, Visitador Sanitário e Fiscal de Inspeção Sanitária.
Assistente de Serviços de Saúde	Auxiliar de Laboratórios, Auxiliar de Farmácia e Assistente de Serviços de Saúde.
Agente de Saúde Pública	Agente de Saúde Pública, Agente de Vigilância Sanitária, Auxiliar de Enfermagem I, Agente de Serviços de Saúde.
Auxiliar de Serviços de Saúde	Auxiliar de Serviços de Saúde, Auxiliar de Visitador Sanitário, Auxiliar de Odontologia, Atendente de Serviços de Enfermagem e Auxiliar de Saneamento.

CARREIRA: SERVIÇOS TÉCNICO-EDUCACIONAIS

Assistente de Atividades Educacionais	Assistente de Atividades Educacionais, Secretário de Escola e Assistente de Creche.
---------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Agente de Serviços Educacionais	Agente de Serviços Educacionais, Inspetor de Alunos, Agente Auxiliar de Creche, Auxiliar de Secretaria de Escola, Agente de Segurança Escolar.
Auxiliar de Serviços Educacionais	Auxiliar de Serviços Educacionais, Servente de Escola, Merendeira, Vigia Escolar, Auxiliar de Creche e Zelador.

CARREIRA: OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Profissional de Arquitetura e Engenharia	Engenheiro Civil, Arquiteto e Analista de Projetos de Engenharia.
Técnico de Serviços de Engenharia	Topógrafo, Desenhista projetista, Projetista, Técnico em Edificações, Técnico em Eletricidade e Supervisor de Obras.
Agente de Serviços Técnicos	Agente de Serviços Técnicos, Encarregado de Serviços Públicos, Auxiliar de Topógrafo e Auxiliar de Desenhista.
Artífice de Serviços Especializados	Lanterneiro, Torneiro Mecânico, Pintor, Soldador, Carpinteiro, Encanador, Funileiro, Mecânico, Pedreiro e Eletricista.
Ajudante de Serviços Básicos	Auxiliar de Mecânico, Auxiliar de Eletricista, Auxiliar de Carpinteiro, Ajudante de Serviços Básicos, Ajudante de Operação, Auxiliar de Serviços Diversos, Borracheiro, Gari, Coveiro, Lubrificador de veículos, Vigia, Jardineiro, Lavador de Veículos e Trabalhador Braçal.

CARREIRA: ATIVIDADES DE TRANSPORTES

Operador de Máquinas Leves	Operador de Máquinas, Operador de Veículos Pesados, Operador de Motoniveladora.
Operador de Equipamento Pesado	Operador de Equipamento Pesado
Motorista I	Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão.
Motorista II	Motorista de Carros Leves.

CARREIRA: FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais.
Fiscal de Obras e Posturas	Fiscal de Obras e Posturas.

CARREIRA: ATIVIDADES TÉCNICO - ADMINISTRATIVAS

Profissional de Nível Superior	Administrador, Advogado, Analista de Sistemas, Contador, Economista, Engenheiro Agrônomo, Jornalista e outras profissões de nível superior.
Assistente Técnico e Administrativo	Desenhista, Programador de Computador, Técnico em Contabilidade e Técnico de Biblioteca.
Assistente de Administração	Assistente de Administração e Operador de Microcomputador.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Agente de Administração	Agente de Administração, Telefonista, Recepcionista, Digitador, Almojarife e Datilógrafo.
Auxiliar de Administração	Auxiliar Administrativo, Escriturário, Operador de Máquina Copiadora, Auxiliar de Desenho, Recepcionista, Telefonista e Arquivista.

CARREIRA: ATIVIDADES DE APOIO AUXILIAR

Atendente de Serviços Diversos	Copeiro, Cozinheiro, Mensageiro, Contínuo e Lavadeira.
Auxiliar de Serviços Gerais	Servente, Faxineiro, Auxiliar de Serviços Diversos e Ajudante de Manutenção.

lll
L

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO II

(Artigo 18 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

CARGO EFETIVO	REQUISITOS BÁSICOS
Agente de Administração	Ensino Fundamental completo para ingresso no cargo.
Agente de Serviços Educacionais	Ensino Fundamental completo para ingresso no cargo.
Agente de Saúde Pública	Nível médio completo para ingresso no cargo e especialização para o exercício da função.
Agente de Serviços Técnicos	Nível médio completo para ingresso no cargo.
Ajudante de Serviços Básicos	Ensino Fundamental incompleto, equivalente alfabetizado para ingresso no cargo.
Artífice de Serviços Especializados	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série ou 05 (cinco) anos de experiência na atividade.
Assistente de Administração	Nível médio completo para ingresso no cargo.
Assistente de Atividades Educacionais	Nível médio completo para ingresso no cargo e conhecimentos específicos para o exercício da função.
Assistente Técnico e Administrativo	Nível médio completo e no mínimo 05 (cinco) anos de exercício no cargo de Assistente de Administração.
Atendente de Serviços Diversos	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo e/ou exercício do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais por, no mínimo, 03 (três) anos.
Auxiliar de Administração	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo.
Auxiliar de Serviços Educacionais	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo.
Auxiliar de Serviços de Saúde	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo.
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à alfabetização.
Especialista em Educação	Curso superior de licenciatura plena, com 02 (dois) anos de exercício do Magistério e especialização para o exercício da função, para ingresso na carreira e, para promoção, habilitações a nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado.
Fiscal de Obras e Posturas	Nível médio completo para ingresso no cargo e conhecimentos específicos para o exercício da função.
Fiscal de Tributos Municipais	Nível médio completo para ingresso no cargo e conhecimentos específicos para o exercício da função.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Motorista II	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo e habilitação específica para conduzir veículos, comprovada mediante CNH modelo "C".
Motorista I	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo e habilitação específica para conduzir veículos pesados, comprovada mediante CNH modelo "D".
Operador de Equipamento Pesado	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo e habilitação específica para operar equipamentos pesados, comprovada mediante CNH modelo "D".
Operador de Máquinas Leves	Ensino Fundamental incompleto, equivalente à 4ª série, para ingresso no cargo e habilitação específica para operar máquinas e equipamentos leves, comprovada mediante CNH modelo "D".
Professor de Educação Básica	Nível I, 2º grau completo, em três séries; Nível II, 2º grau em 4 séries ou em 3 séries, com estudos adicionais de 1 ano; Nível III, nível superior com licenciatura curta; Nível IV, nível superior com licenciatura curta e estudos adicionais de no mínimo um ano letivo; Nível V, nível superior com licenciatura plena; Nível VI, pós-graduação com especialização de no mínimo 360 horas.
Profissional de Arquitetura e Engenharia	Habilitação de nível superior completo na área de Engenharia ou Arquitetura e registro no órgão competente de fiscalização profissional.
Profissional de Nível Superior	Nível Superior completo, com licenciatura plena, com habilitação profissional e/ou registro na área de atuação da respectiva função.
Profissional de Saúde Pública	Nível superior completo, com licenciatura plena, com habilitação profissional e respectivo registro no órgão fiscalizador da profissão da área de atuação da respectiva função.
Profissional de Serviços de Saúde	Nível Superior completo, com licenciatura curta, com habilitação profissional e respectivo registro no órgão de fiscalização da profissão da área de atuação da respectiva função.
Técnico de Saúde Pública	Segundo grau completo para ingresso no cargo, com habilitação específica para o exercício da função, comprovado mediante certificado de habilitação.
Técnico de Serviços de Engenharia	Nível médio completo para ingresso no cargo e formação específica e/ou especialização para o exercício da função.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

*Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000*

ANEXO III

(Artigo 19 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

CARGOS EFETIVOS CRIADOS

CARGO EFETIVO	QUANTIDADE
CARREIRA: MAGISTÉRIO MUNICIPAL	
Professor de Educação Básica	180
Especialista em Educação	15
CARREIRA: OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Profissional de Arquitetura e Engenharia	05
Técnico de Serviços de Engenharia	04
Agente de Serviços Técnicos	12
Artífice de Serviços Especializados	17
Ajudante de Serviços Básicos	47
CARREIRA: SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA	
Profissional de Saúde Pública	43
Profissional de Serviços de Saúde	08
Técnico de Serviços de Saúde	08
Assistente de Serviços de Saúde	07
Agente de Saúde Pública	13
Auxiliar de Serviços de Saúde	56
CARREIRA: SERVIÇOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS	
Assistente de Atividades Educacionais	08
Agente de Serviços Educacionais	33
Auxiliar de Serviços Educacionais	146
CARREIRA: ATIVIDADES DE TRANSPORTES	
Operador de Equipamento Pesado	05
Operador de Máquinas Leves	08
Motorista I	15
Motorista II	30
CARREIRA: FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL	
Fiscal de Tributos Municipais	03
Fiscal de Obras e Posturas	05

Prefeitura Municipal de Paranaíba

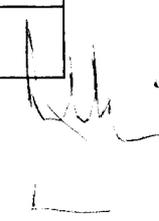
Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

CARREIRA: ATIVIDADES TÉCNICO - ADMINISTRATIVAS

Profissional de Nível Superior	15
Assistente Técnico e Administrativo	05
Assistente de Administração	05
Agente de Administração	08
Auxiliar de Administração	43

CARREIRA: ATIVIDADES DE APOIO AUXILIAR

Atendente de Serviços Diversos	05
Auxiliar de Serviços Gerais	15



Prefeitura Municipal de Paranaíba

35

*Estado de Mato Grosso do Sul**Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000*

ANEXO IV

(Artigo 57 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS

REFERÊNCIA	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	VENCIMENTO
1	136,00	31	330,11
2	140,08	32	340,01
3	144,28	33	350,21
4	148,61	34	360,72
5	153,07	35	371,54
6	157,66	36	382,69
7	162,39	37	394,17
8	167,26	38	405,99
9	172,28	39	418,17
10	177,45	40	430,72
11	182,77	41	443,64
12	188,26	42	456,95
13	193,90	43	470,65
14	199,72	44	484,77
15	205,71	45	499,32
16	211,88	46	514,30
17	218,24	47	529,73
18	224,79	48	545,62
19	231,53	49	561,99
20	238,48	50	578,85
21	245,63	51	596,21
22	253,00	52	614,10
23	260,59	53	632,52
24	268,41	54	651,50
25	276,46	55	671,04
26	284,75	56	691,17
27	293,30	57	711,91

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

28	302,10	58	733,26
29	311,16	59	755,26
30	320,49	60	777,92

Handwritten signature or initials.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO V

(Artigo 58 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

PADRÕES DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS

CARGO EFETIVO	CLASSES E REFERÊNCIAS SALARIAIS				VENCIMENTO INICIAL CLASSE
	A/I	2	#	#	
Professor de Educação Básica	A/I	2	#	#	140,08
Especialista em Educação	A/I	23	#	#	260,59
Profissional de Saúde Pública	A	38	39	40	405,99
	B	42	43	44	456,95
	C	46	47	48	514,30
Profissional de Serviços de Saúde	A	36	37	38	382,69
	B	41	42	43	443,64
	C	47	48	49	429,73
Técnico de Saúde Pública	A	10	11	12	177,45
	B	13	14	15	193,72
	C	17	18	19	218,24
Assistente de Serviços de Saúde	A	2	3	4	140,08
	B	6	7	8	157,66
	C	10	11	12	177,45
Agente de Saúde Pública	A	2	3	4	140,08
	B	6	7	8	157,66
	C	10	11	12	177,45
Auxiliar de Serviços de Saúde	A	1	2	3	136,00
	B	5	6	7	153,07
	C	9	10	11	172,28
Assistente de Atividades Educacionais	A	8	9	10	167,26
	B	12	13	14	188,26
	C	16	17	18	211,88
Agente de Atividades Educacionais	A	2	3	4	140,08
	B	6	7	8	157,66
	C	10	11	12	177,45
Auxiliar de Atividades Educacionais	A	1	2	3	136,00
	B	5	6	7	153,07
	C	9	10	11	172,28
Profissional de Arquitetura e Engenharia	A	37	38	39	394,17
	B	42	43	44	456,95
	C	47	48	49	529,73

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Técnico de Serviços de Engenharia	A	10	11	12	177,45
	B	13	14	15	193,72
	C	17	18	19	218,24
Agente de Serviços Técnicos	A	4	5	6	148,61
	B	8	9	10	167,26
	C	12	13	14	188,26
Artífice de Serviços Especializados	A	3	4	5	144,28
	B	7	8	9	162,39
	C	11	12	13	182,77
Ajudante de Serviços Básicos	A	1	2	3	136,00
	B	5	6	7	153,07
	C	9	10	11	172,28
Operador de Equipamento Pesado	A	10	11	12	177,45
	B	13	14	15	193,72
	C	17	18	19	218,24
Operador de Máquinas Leves	A	6	7	8	157,66
	B	10	11	12	177,45
	C	14	15	16	199,72
Motorista I	A	6	7	8	157,66
	B	10	11	12	177,45
	C	14	15	16	199,72
Motorista II	A	4	5	6	148,61
	B	8	9	10	167,26
	C	12	13	14	188,26
Fiscal de Tributos Municipais	A	3	4	5	144,28
	B	7	8	9	162,39
	C	11	12	13	182,77
Fiscal de Obras e Posturas	A	3	4	5	144,28
	B	7	8	9	162,39
	C	11	12	13	182,77
Profissional de Nível Superior	A	37	38	39	394,17 *
	B	42	43	44	456,95
	C	47	48	49	529,73
Assistente Técnico e Administrativo	A	10	11	12	177,45
	B	13	14	15	193,72
	C	17	18	19	218,24
Assistente de Administração	A	6	7	8	157,66
	B	10	11	12	177,45
	C	14	15	16	199,72
Agente de Administração	A	3	4	5	144,28
	B	7	8	9	162,39
	C	11	12	13	182,77
Auxiliar de Administração	A	1	2	3	136,00
	B	5	6	7	153,07
	C	9	10	11	172,28

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Atendente de Serviços Diversos	A	2	3	4	140,08
	B	6	7	8	157,66
	C	10	11	12	177,45
Auxiliar de Serviços Gerais	A	1	2	3	136,00
	B	5	6	7	153,07
	C	9	10	11	172,28

Valores dos níveis e classes observarão as regras do Estatuto do Magistério Municipal.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO VI

(Artigo 22 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

CARGOS EM COMISSÃO CRIADOS

SÍMBOLOS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
----------	----------------------	------------

CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR

CCDS - 101	Secretário Municipal	09
CCDS - 101	Chefe da Procuradoria Jurídica	01
CCDS - 102	Diretor de Departamento	27
CCDS - 102	Diretor do Fundo de Previdência	01
CCDS - 103	Diretor de Escola	10
CCDS - 104	Diretor - Adjunto de Escola	03

CARGOS EM COMISSÃO DE ACESSORAMENTO SUPERIOR

CCAS - 201	Assessor Especial	03
CCAS - 202	Assessor de Gabinete I	04
CCAS - 203	Assessor de Gabinete II	04
CCAS - 204	Assessor de Gabinete III	03

CARGOS EM COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA DIRETA

CCAD - 301	Assistente Técnico I	15
CCAD - 302	Assistente Técnico II	30
CCAD - 303	Assistente de Gabinete I	30
CCAD - 304	Assistente de Gabinete II	55
CCAD - 305	Agente Especial de Apoio	250

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO VII

(Artigo 59 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

VENCIMENTOS E REPRESENTAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLOS	VENCIMENTO - BASE (R\$)	REPRESENTAÇÃO (até %)
----------	-------------------------	-----------------------

CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR

CCDS - 101	452,00	100%
CCDS - 102	319,00	100%
CCDS - 103	255,00	60%
CCDS - 104	164,00	50%

CARGOS EM COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

CCAS - 201	452,00	100%
CCAS - 202	319,00	100%
CCAS - 203	255,00	60%
CCAS - 204	164,00	50%

CARGOS EM COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA DIRETA

CCAD - 301	319,00	100%
CCAD - 302	175,00	100%
CCAD - 303	160,00	45%
CCAD - 304	150,00	30%
CCAD - 305	130,00	5%

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO VIII

(Artigo 67 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

SÍMBOLOS, QUANTIDADES E GRATIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
FGDI - 1	Chefe de Divisão	32	153,00
FGDI - 2	Chefe de Seção	40	82,00
FGDI - 2	Chefe da Junta de Serviço Militar	01	82,00
FGDI - 2	Chefe da Unidade Municipal de Cadastro	01	82,00
FGDI - 3	Chefe de Serviço	05	44,00
FGDI - 3	Chefe de Turma	05	44,00

Prefeitura Municipal de Paranaíba

*Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000*

ANEXO IX

(Artigo 72 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

CORRELAÇÃO DOS CARGOS PARA TRANSFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
Auxiliar de Serviços Diversos (1) Merendeira Vigia Zelador	Auxiliar de Serviços Educacionais
Professor Leigo Escriturário (1)	Agente de Serviços Educacionais
Secretário de Escola	Assistente de Serviços Educacionais
Agente de Saúde Agente de Vigilância Sanitária Auxiliar de Enfermagem	Agente de Saúde Pública
Auxiliar de Laboratório Auxiliar de Serviços Diversos (2) Atendente de Enfermagem	Auxiliar de Serviços de Saúde
Dentista Enfermeiro Farmacêutico Bioquímico Fiscal de Vigilância Sanitária Médico	Profissional de Saúde Pública
Assistente Social Fisioterapeuta Fonoaudiologista Psicólogo	Profissional de Serviços de Saúde
Auxiliar de Topógrafo Auxiliar de Serviços Especiais Auxiliar de Serviços Técnicos	Agente de Serviços Técnicos
Carpinteiro Mecânico Pedreiro	Artífice de Serviços Especializados
Auxiliar de Serviços Diversos (3) Borracheiro Gari Vigia	Auxiliar de Serviços Básicos
Engenheiro Civil	Profissional de Arquitetura e Engenharia
Desenhista Projetista Topógrafo	Técnico de Serviços de Engenharia
Supervisor	Especialista em Educação

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Professor de Educação Básica	Professor
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais
Digitador	Agente de Administração
Assistente de Administração	Assistente de Administração
Técnico em Contabilidade Programador Técnico Agrícola	Assistente Técnico e Administrativo
Arquivista Escriturário Recepcionista Telefonista Auxiliar de Desenho	Auxiliar de Administração
Administrador Economista Advogado Contador Engenheiro Agrônomo	Profissional de Nível Superior
Auxiliar de Serviços Diversos (4)	Auxiliar de Serviços Gerais
Motorista, que dirige caminhão e/ou ônibus e que tenha a habilitação CNH "D"	Motorista I
Motorista, com habilitação CNH "C"	Motorista II
Operador de Máquinas Leves	Operador de Máquinas Leves
Operador de Máquinas Pesadas	Operador de Equipamento Pesado

(1) Lotado nas Secretarias de Educação e Cultura ou de Ação Comunitária;

(2) Lotado na Secretaria de Higiene e Saúde Pública;

(3) Lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

(4) Lotado em outras Secretarias e órgãos municipais.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

ANEXO X

(Artigos 35 e 74 da Lei nº 1.000 de 04 de maio de 1.998)

TABELA DE INTERSTÍCIO PARA A PROMOÇÃO

PERÍODO BÁSICO DE EFETIVO EXERCÍCIO	CLASSE	REFERÊNCIA
Menos de três anos	A	Primeira
Três anos ou mais	A	Segunda
Seis anos ou mais	A	Terceira
Nove anos ou mais	B	Primeira
Doze anos ou mais	B	Segunda
Dezesseis anos ou mais	B	Terceira
Vinte anos ou mais	C	Primeira
Vinte e quatro anos ou mais	C	Segunda
Vinte e oito anos ou mais	C	Terceira

1

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PROPOSTA DO NOVO PCC - PARANAÍBA

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinheiro, 888 - Código Postal 79.500-000

SITUAÇÃO PROPOSTA				SITUAÇÃO ATUAL				
CARREIRA/CARGOS	A CRIAR	CARGOS	CRIADOS	OCUPADOS	CONTRATADOS	A CRIAR	VENCIMENTOS	GASTO TOTAL
SERVIÇOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS								
Auxiliar de Serviços Educacionais	146	Auxiliar de Serviços Diversos	106	69	0	113	123,00	13.038,00
		Merendeira	05	0	0	05	123,00	615,00
		Auxiliar de Creche	49	0	0	49	123,00	6.027,00
		Vigia	05	05	0	05	123,00	615,00
Agente de Serviços Educacionais	33	Escrivário	07	07	0	07	123,00	861,00
		Professor Leigo	60	25	03	28	123,00	7.380,00
Assistente de Atividades Educacionais	08	Secretário de Escola	08	06	0	08	155,00	1.240,00
SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA								
Agente de Saúde Pública	13	Agente de Saúde	03	0	0	03	136,00	408,00
		Agente de Vigilância Sanitária	02	0	01	02	136,00	272,00
Assistente de Serviços de Saúde	07	Auxiliar Laboratório	02	0	0	02	123,00	246,00
		Auxiliar de Farmácia	04	0	0	04	136,00	544,00
		Assistente de Serviços de Saúde	01	0	0	02	128,00	128,00
Técnico de Serviços de Saúde	08	Auxiliar de Enfermagem	01	0	0	0	128,00	128,00
		Técnico em Laboratório	01	0	0	02	155,00	155,00
		Técnico de Estatística Sanitária	01	0	0	02	155,00	155,00
		Técnico em Higiene Dental	05	0	0	05	155,00	775,00
Auxiliar de Serviços de Saúde	56	Atendente de Enfermagem	02	02	0	04	128,00	256,00
		Auxiliar de Serviços Diversos	49	49	41	50	123,00	6.027,00
		Auxiliar de Laboratório	02	0	0	02	123,00	246,00

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul
Avenida Juca Pinheiro, 333 - Código Postal 79.500-000

SITUAÇÃO PROPOSTA

SITUAÇÃO ATUAL

CARREIRA/CARGOS	A CRIAR	CARGOS	CRIADOS	OCUPADOS	CONTRATADOS	A CRIAR	VENCIMENTOS	GASTO TOTAL
Profissional de Saúde Pública	43	Dentista	10	04	13	17	319,00	3.190,00
		Enfermeiro	05	0	0	02	379,00	1.895,00
		Farmacêutico Bioquímico	05	0	03	05	379,99	1.895,00
		Fiscal de Vigilância Sanitária	01	0	0	01	379,00	379,00
		Médico	03	03	09	15	379,00	1.137,00
		Sanitarista	01	0	0	01	379,00	379,00
Profissional de Serviços de Saúde	08	Fisioterapeuta	01	0	03	03	379,00	379,00
		Fonoaudiologista	01	0	01	01	379,00	379,00
		Psicólogo	02	0	01	02	379,00	758,00
		Assistente Social	02	0	02	02	379,00	758,00

OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
Agente de Serviços Técnicos	12	Auxiliar de Serviços Especiais	08	05	01	06	138,00	1.104,00
		Auxiliar de Serviços Técnicos	01	01	0	01	138,00	138,00
		Auxiliar de Topógrafo	03	02	0	03	138,00	414,00
Artífice de Serviços Especializados	17	Carpinteiro	02	01	0	02	136,00	272,00
		Encanador	01	0	0	01	136,00	136,00
		Eletricista	02	0	01	02	136,00	272,00
		Funileiro	01	0	0	01	136,00	136,00
		Mecânico	07	01	04	07	136,00	952,00
		Pedreiro	04	03	02	05	136,00	544,00
		Pintor	01	0	0	01	136,00	136,00
Ajudante de Serviços Básicos	47	Auxiliar de Serviços Diversos	30	30	70	35	123,00	3.690,00
		Auxiliar de Desenho	01	0	0	01	123,00	123,00
		Auxiliar de Mecânico	02	0	0	02	123,00	246,00
		Borracheiro	01	0	01	01	123,00	123,00
		Gari	60	02	40	02	123,00	7.380,00
		Jardineiro	01	0	0	01	123,00	123,00
		Vigia	50	05	07	05	123,00	6.150,00
Profissional de Arquitetura e Engenharia	05	Engenheiro Civil	04	02	0	04	379,00	1.516,00
		Arquiteto	01	0	0	01	379,00	379,00
Técnico de Serviços de Engenharia	04	Desenhista Projetista	02	0	0	02	155,00	310,00
		Topógrafo	02	0	0	02	155,00	310,00

SITUAÇÃO PROPOSTA

SITUAÇÃO ATUAL

CARREIRA/CARGOS	A CRIAR	CARGOS	CRIADOS	OCUPADOS	CONTRATADOS	A CRIAR	VENCIMENTOS	GASTO TOTAL
MAGISTÉRIO MUNICIPAL								
Especialista em Educação	15	Especialista em Educação	15	06	02	15	251,00	3.765,00
Professor	180	Professor	180	133	39	180	136,00	24.480,00

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL								
Fiscal de Obras e Posturas	03	Fiscal de Obras e Posturas	03	0	0	03	128,00	384,00
Fiscal de Tributos Municipais	05	Fiscal de Tributos Municipais	05	02	0	05	128,00	640,00

ATIVIDADES DE APOIO AUXILIAR								
Atendente de Serviços Diversos	05	Atendente de Serviços Diversos	0	0	0	0	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais	24	Auxiliar de Serviços Diversos	29	29	08	35	123,00	3.567,00

ATIVIDADES DE TRANSPORTE								
Motorista I	30	Motorista	30	26	12	30	136,00	4.080,00
Motorista II	15	Motorista	15	0	0	15	136,00	2.040,00
Operador de Máquinas Leves	04	Operador Máq. Leves	08	0	02	04	155,00	1.240,00
Operador de Máquinas Pesadas	09	Operador de Equipamento Pesado	05	08	0	09	155,00	775,00

ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS								
Agente de Administração	18	Agente Administrativo	05	0	0	18	128,00	640,00
		Digitador	02	0	03	03	128,00	256,00
Assistente de Administração	08	Assistente de Administração	05	0	01	08	138,00	690,00
Assistente Técnico e Administrativo	05	Programador	01	0	0	01	155,00	155,00
		Técnico em Contabilidade	03	03	0	03	155,00	465,00
		Técnico Agrícola	01	0	0	01	155,00	155,00
Auxiliar de Administração	43	Escriturário	29	29	0	30	123,00	3.567,00
		Recepcionista	01	0	0	02	123,00	123,00
		Telefonista	03	0	0	03	123,00	369,00
		Arquivista	02	0	0	02	123,00	246,00
		Auxiliar de Desenho	01	0	0	0	123,00	123,00

*Prefeitura Municipal de Paranaíba**Estado de Mato Grosso do Sul**Avenida Juca Pinhé, 888 - Código Postal 79.500-000*

SITUAÇÃO PROPOSTA			SITUAÇÃO ATUAL					
CARREIRA/CARGOS	A CRIAR	CARGOS	CRIADOS	OCUPADOS	CONTRATADOS	A CRIAR	VENCIMENTOS	GASTO TOTAL
Profissional de Nível Superior	15	Administrador	02	0	0	02	379,00	758,00
		Advogado	09	09	0	09	379,00	3.411,00
		Contador	01	0	0	01	379,00	379,00
		Economista	02	01	0	02	319,00	638,00
		Engenheiro Agrônomo	01	0	0	01	379,00	379,00
TOTAL	786		886	465	257	809	-	124.854,00

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

5

INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 1.000, DE 04 DE MAIO DE 1.998 PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO

1. Institui o sistema de CARREIRA;
2. Altera denominações de cargos efetivos das carreiras;
3. Os cargos se constituem em três classes: A, B e C, desdobradas em três referências salariais que apontam a escala que define os vencimentos dos servidores;
4. A carreira do magistério municipal terá cargos desdobrados em níveis e classes e seus ocupantes promovidos conforme estabelecer o Estatuto do Magistério;
5. As especificações de cada cargo e de cada função serão estabelecidas em regulamento próprio aprovado pelo Prefeito Municipal;
6. Os cargos são destinados, primeiramente, a transformação dos ocupados pelos servidores efetivos e estáveis da Prefeitura;
7. Os cargos em comissão continuam de livre nomeação e exoneração privativo do Prefeito. Sofreu alteração na denominação e são os constantes do anexo VI;
8. Caberá ao Prefeito estabelecer os cargos em comissão integrantes dos subgrupos I e II, que serão privativos de habilitados em curso de nível superior completo;
9. Função Gratificada - agrupa as seguintes funções:
 - I - Supervisão intermediária;
 - II - Assistência imediata.
10. A Função Gratificada será exercida, privativamente, por servidor efetivo da Prefeitura, constituem-se em ampliações temporárias das atribuições do cargo. É de livre designação e dispensa do Prefeito;
11. Os cargos criados através do anexo III integram o Quadro Permanente e serão distribuídos por ato do Prefeito em tabelas de pessoal, segundo as necessidades;
12. Permite-se a movimentação nos quadros e tabelas, inclusive a remoção;
13. O ingresso inicial do servidor, após concurso, dar-se-á na primeira referência da classe "A";

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

6

14. O recrutamento e seleção de candidatos a provimento nos cargos, bem como o prazo de validade do concurso, serão fixadas em edital, com ampla divulgação na imprensa oficial;
15. O candidato nomeado em virtude de aprovação em concurso público permanecerá em estágio probatório e não poderá se afastar, durante esse período, do exercício das atribuições do cargo e função (não diz que período);
16. O servidor em estágio probatório poderá ocupar cargo em comissão ou função gratificada;
17. Os critérios de avaliação do servidor em estágio probatório serão definidos em regulamento aprovado por ato do Prefeito;
18. O servidor estável da Prefeitura Municipal aprovado em concurso público para cargos que integram o Quadro Permanente, permanecerá em estágio probatório por 120 dias;
19. Promoção Horizontal - passagem do servidor de uma referência para outra imediatamente seguinte, dentro do respectivo cargo;
20. Promoção Vertical - investidura do servidor em cargo superior da mesma carreira, após atendidos todos os requisitos para provimento;
21. O servidor em estágio probatório não concorre à promoção horizontal ou vertical, conta-se apenas o tempo de serviço;
22. A promoção horizontal ocorrerá no primeiro dia do mês imediatamente seguinte em que, o servidor completar o interstício mínimo de efetivo exercício na referência. Anexo X da Lei. A primeira promoção será contada a partir do ingresso do servidor no serviço público;
23. A promoção vertical ocorrerá quando existir vaga disponível para provimento no cargo seguinte ao ocupado na respectiva carreira. Ocorrerá duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro;
24. Para concorrer à promoção vertical, o servidor deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições: (vide artigo 36, §2º, I, II e IV);
25. Não concorrerá à promoção vertical o servidor que se encontrar, em uma ou mais de uma, das seguintes situações: (vide artigo 38, I, II, III, IV);

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

7

26. O servidor cujo provimento se der moção vertical ficará submetido a estágio funcional de 180 dias para avaliação da sua capacidade para exercer as atividades inerentes à nova função, permanecendo no cargo anterior até a sua aprovação nesse estágio. Durante o estágio, o servidor perceberá o vencimento e vantagens do novo cargo, a título de bolsa, e as vantagens pessoais do cargo que estiver ocupando;

27. A avaliação de desempenho terá por objetivo aferir o rendimento, a performance e o desenvolvimento do servidor no exercício do cargo, função e no serviço público municipal e processar-se-á com base nos seguintes fatores (vide incisos I a VIII). A avaliação será processada semestralmente, até 30 dias antes da data anual fixada para a ocorrência da promoção;

28. A avaliação de desempenho durante o estágio probatório será realizada a cada semestre, de acordo com os seguintes fatores: (vide incisos I a V);

29. Os procedimentos de avaliação deverão ser divulgados previamente para ciência de todos os servidores e serem divulgados previamente para processadas por comissão integrada por representante do Sindicato dos Servidores, por integrantes das carreiras e por membro da administração representante do órgão que aplicar a metodologia de avaliação;

30. A qualificação profissional do servidor terá por finalidade a valorização pessoal. Será planejada, organizada e executada por órgão próprio da Prefeitura, objetivando atender (vide inciso I a III artigo 47);

31. O maior vencimento-base estabelecido para pagamento a servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal não poderá exceder a 20 vezes o menor vencimento - base do mesmo Quadro - R\$ 2.720,00;

32. Não poderá ser paga a servidor ativo ou inativo da Prefeitura Municipal remuneração superior a 90% dos subsídios do Prefeito, nem menor que o salário mínimo vigente. R\$ 9.000,00 Salário mínimo - R\$ 130,00;

33. Excluem-se ainda no limite acima, as indenizações, auxílios financeiros, gratificação natalina, adicional de férias, outras vantagens transitoriais;

34. Os vencimentos e vantagens previstos nesta Lei somente poderão ser pagos aos servidores que tiverem seus cargos transformados e os que ingressarem nos cargos criados através do anexo III;

35. O vencimento-base dos cargos de Professor de Educação Básica e de Especialista de Educação, indica o vencimento do nível I, sendo que os valores dos demais níveis serão os estabelecidos no Estatuto do Magistério;

Prefeitura Municipal de Paranaíba

8

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

36. Os vencimentos dos cargos em Comissão e os percentuais de gratificação de representação, são os fixados no anexo VII. O valor da gratificação de representação poderá ser reduzido, por Decreto do Prefeito para ajuste nos gastos com pessoal;

37. Os adicionais constituem-se de vantagens pecuniárias conferidas ao servidor em razão do desempenho de cargo ou função, identificados como:

I. Incentivo de desempenho de função de Magistério - destina-se a compensar os integrantes da carreira do magistério municipal pelo exercício de suas funções, condições especiais, conforme bases definidas no Estatuto do Magistério;

II. de produtividade profissional - para incentivar a obtenção de melhores resultados no exercício da função cujo desempenho possa ser mensurado ou pela participação em programas de fiscalização de competência privativa da Prefeitura Municipal, avaliados pela qualidade e quantidade produzida;

38. As vantagens discriminadas neste artigo não poderão ser concedidas, pagas ou percebidas, cumulativamente, com as gratificações constantes do artigo 65, se idêntico fundamento;

39. Os adicionais se incorporam ao vencimento-base, nas condições definidas no respectivo regulamento, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, independente do tempo decorrido da sua percepção;

40. O adicional de produtividade profissional será concedido com base no índice denominado "cota", que corresponderá a 1% do respectivo vencimento-base;

41. A produtividade profissional será atribuída em duas etapas, a básica que corresponderá até 50 cotas pelo desempenho de ações acima da produção média da função, que será definida após apuração da produção dos 6 meses anteriores à regulamentação, e a fiscalização, que remunerada a participação do servidor em ações fiscais externas;

42. Gratificações - constituem-se como as vantagens pecuniárias concedidas, em caráter transitório, em razão da prestação de serviços em condições especiais, assim identificadas:

I. pelo exercício de cargo em comissão, equivalente a 50% do vencimento-base do símbolo do cargo em comissão;

II. pelo exercício de função, conforme valores fixados em lei, a servidores designados pelo Prefeito Municipal para exercer função gratificada;

III.

§1º, Artigo 65 - pelo exercício de cargo em comissão, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento-base do símbolo do cargo em comissão.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

§2º, Artigo 65 - pelo exercício de função, conforme valores fixados em lei, a servidores designados pelo Prefeito Municipal para exercer função gratificada.

Artigo 66 - Não poderão ser percebidas cumulativa, concorrente ou concomitantemente as gratificações discriminadas no inciso I com as dos incisos II, VIII e IX; no inciso VII com a dos incisos VI, VIII, IX, X e XI e as previstas nos incisos V, VI e VII, entre si; todos do artigo 65 desta Lei.

Parágrafo único - Artigo 66 - As gratificações previstas nos incisos VI, VII e IX do artigo 65, não poderão ser percebidas cumulativa, concorrente ou concomitantemente, com o adicional de incentivo pelo desempenho de função de magistério.

Artigo 67 - A gratificação pelo exercício de função gratificada corresponderá aos valores constantes do Anexo VIII, desta Lei, e destina-se a remunerar o servidor designado para exercê-la em complementação ao vencimento do seu cargo.

Artigo 68 - A fixação dos percentuais das gratificações de periculosidade, insalubridade e penosidade observará a caracterização dos graus de incidência grave, médio e baixo dos fatores, durante o período de realização do trabalho.

§1º, Artigo 68 - O exercício do trabalho, além dos limites de tolerância, conforme avaliação procedida por junta ou profissional de segurança e medicina do trabalho, assegurará ao servidor a percepção de gratificação em razão dos graus de exposição, grave, médio e baixo, nos percentuais, respectivamente, de 40% (quarenta por cento), de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) sobre a respectiva base de cálculo.

§2º, Artigo 68 - O servidor, quando houver impedimento para a percepção cumulativa da vantagem, poderá optar pelo recebimento da gratificação ou adicional que julgar mais conveniente à sua situação.

§3º, Artigo 68 - O direito à percepção das gratificações de periculosidade, de insalubridade e de penosidade cessará com a eliminação do risco ou da incidência dos fatores que atingem a saúde ou a vida do servidor, observado o disposto no §1º deste artigo, bem como nos afastamentos do exercício do cargo ou função, por período consecutivo superior a 90 (noventa) dias.

Artigo 69 - Serão incluídos na base de cálculo do provento da aposentadoria, as vantagens financeiras percebidas nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à passagem para a inatividade, pela média do período, desde que tenham servido de base para o cálculo da contribuição para a previdência social.

Prefeitura Municipal de Paranaíba

10

Estado de Mato Grosso do Sul

Avenida Juca Pinhé, 333 - Código Postal 79.500-000

Artigo 73 - Para ter seu cargo transformado será exigido dos servidores o atendimento dos requisitos de escolaridade, habilitação e especialização, requeridos para provimento nos novos cargos e exercício das funções.

§1º, Artigo 73 - A transformação do cargo ocupado pelo servidor se efetivará por ato do Prefeito Municipal, após comprovado o atendimento de todos os requisitos para o provimento no novo cargo do PCC - PARANAÍBA.

§2º, Artigo 73 - Poderá ser dispensada a exigência de escolaridade, exceto quando se tratar de cargo de nível superior ou profissão regulamentada, aos atuais ocupantes de cargos cujas atribuições e responsabilidades sejam iguais às dos cargos previstos para a transformação.

Artigo 74 - A transformação importará na classificação do servidor na nova classe e referência, de acordo com o vencimento-base do cargo ocupado e segundo os critérios de tempo de serviço definidos no Anexo X desta Lei.

Artigo 85 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e, a contar do primeiro dia do mês imediatamente seguinte, os efeitos para fins de transformação de cargos.

